

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS ECONÔMICOS DO CEARÁ

22



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 295 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2025

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

As receitas disponíveis para o Governo do Estado do Ceará, que são dadas pela RCL, cresceram 30,8% entre 2019 e 2025.

1 - Introdução

A situação fiscal é um importante condicionante para o desenvolvimento econômico de um país, sendo acompanhada de forma meticulosa por diversos setores da sociedade. Espera-se que o equilíbrio das contas públicas contribua para a estabilidade financeira, influencie os investimentos e permita o ente público melhor se adaptar a choques econômicos.

No Brasil, as contas públicas são, continuamente, objeto de escrutínio público, porém as contas públicas estaduais e municipais não recebem a mesma atenção que as devotadas para as finanças públicas da União. Deve-se, porém, observar que o desequilíbrio fiscal dos entes subnacionais afetará diretamente a vida dos cidadãos, dado que esse desequilíbrio poderá resultar em maior restrição a prestação de serviços públicos pelo ente afetado.

Nesse sentido, pretende-se com esse Enfoque analisar o equilíbrio orçamentário do Estado do Ceará e a disponibilidade de receitas, tanto no último bimestre como no acumulado do ano corrente. Para essa tarefa foram usados os Anexos 01 e 03 do RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) disponíveis no site do Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro).

Deve-se mencionar, de forma explícita, que a análise da situação orçamentária bimestral não constitui um elemento conclusivo, *per se*, de deterioração fiscal estadual, devendo-se considerar tanto a evolução dos bimestres anteriores como da execução acumulada do ano. A análise bimestral, porém, fornece indícios importantes para a orientação da execução orçamentária nos bimestres seguintes.

Esse Enfoque está organizado em quatro seções, sendo a primeira essa introdução. Na segunda seção são apresentados o balanço orçamentário do Estado do Ceará, tanto bimestral como acumulado no ano, como os indicadores usados para mensurar a situação orçamentária do Ceará. Na terceira seção é apresentado o comportamento da RCL (Receita Corrente Líquida) do Ceará. Na quarta e última seção são tecidos alguns comentários conclusivos.

2 - Balanço Orçamentário

Para análise do equilíbrio fiscal do Estado do Ceará optou-se por utilizar alguns indicadores contábeis propostos por Lima e Diniz¹, que são os seguintes:

Participação da Receita Corrente (PRC): É a representatividade das receitas correntes em relação ao total arrecadado pelo Governo. Quanto mais próximo de 100 for essa relação maior a capacidade do setor público de financiar suas operações sem recorrer a capitais de terceiros.

$$PRC = 100 * \frac{ReceitaCorrente}{ReceitaOrçamentáriaTotal}$$

¹ LIMA, Severino C., DINIZ, Josenildo A.. Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental. 1º Edição, 2º reimpr., São Paulo: Atlas. 2016.

ENFOQUE ECONÔMICO

ipece

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ

22



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 295 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2025

Participação da Despesa Corrente (PDC): Relação entre a despesa corrente e a total, revela o quanto dos gastos totais é comprometido com despesas operacionais destinadas a manutenção do ente público. Um valor próximo de 100 indica que a maior parte do gasto público está comprometida com seu funcionamento e operacionalização, comprometendo a capacidade de investimento do ente público.

$$PDC = 100 * \frac{DespesaCorrente}{DespesaOrçamentáriaTotal}$$

Resultado da Execução Orçamentária (REO): Relação entre a receita e a despesa executada. Permite identificar se o governo está apresentando resultado *superavitário* (quando seu valor for maior que 100), *deficitário* (quando menor que 100) ou em equilíbrio (igual a 100).

$$REO = 100 * \frac{ReceitaRealizada}{DespesaExecutada}$$

Cobertura de Custeio (CC): Relação entre as receitas e despesas correntes, quanto menor for esse indicador menor a capacidade do governo de ampliar os serviços prestados à população, comprometendo sua capacidade de investimento. Dessa forma valores mais altos indicam uma melhor condição financeira do ente público.

$$CC = 100 * \frac{ReceitaCorrente}{DespesaCorrente}$$

Capacidade de Geração de Poupança (CGP): Esse indicador é usado para mensurar a capacidade do setor público de entregar resultado operacional positivo, implicando em sua capacidade de financiar seus investimentos com recursos próprios. Deve-se ressaltar que valores negativos podem ser resultado da aplicação de reservas financeiras acumuladas anteriormente, não significando uma execução desfavorável.

$$CGP = 100 * \frac{ReceitaCorrente - DespesaCorrente}{ReceitaCorrente}$$

Resultado Nominal (RN): Esse indicador também é conhecido como a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP). Resultados positivos sinalizam que a dívida pública está diminuindo e resultados negativos sinalizam o seu crescimento. Deve-se mencionar que o indicador tratado nesse Enfoque é diferente daquele apresentado no Anexo 06 do RREO.

$$RN = ReceitaOrçamentária - OperaçõesdeCrédito - DespesaOrçamentária$$

Regra de Ouro (RO): Nesse indicador busca-se identificar se os recursos das operações de crédito estão sendo usados para financiar gastos correntes. Pela fórmula de seu cálculo percebe-se que valores menores que 0 representam uma situação orçamentária favorável. Deve-se ressaltar que a Regra de Ouro calculada nesse Enfoque difere daquela apresentada no Anexo 09 do RREO, em que são deduzidos alguns incentivos fiscais a contribuintes.

$$RO = OperaçõesdeCrédito - DespesasdeCapital$$

2.1 - No Bimestre

Para analisar a execução orçamentária do Estado do Ceará foram usados os dados contantes no Anexo 01 - Balanço Orçamentário do RREO presentes nos relatórios do SICONFI. Dessa forma apresenta-se na Tabela 1 as

ENFOQUE ECONÔMICO

ipece

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

22



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 295 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2025

informações do primeiro bimestre do ano corrente, do ano imediatamente anterior e do ano de 2019. A escolha desse último ano foi motivada pela intenção de identificar possíveis mudanças de médio prazo e pelo fato de anteceder a crise sanitária, que teve importantes reflexos na execução orçamentária dos anos de 2020 e 2021, ocasionada pela pandemia de Covid-19.

Assim analisando-se a Tabela 1, em que são apresentados os dados agregados de despesas e receitas do primeiro bimestre, a primeira informação relevante é que as receitas correntes responderam, em média, por mais de 95% das receitas orçamentárias do Estado do Ceará, destacando a baixa necessidade do governo local de recorrer a recursos de terceiros no referido bimestre. Observa-se, adicionalmente, que as receitas correntes do primeiro bimestre cresceram 51,0%, entre 2019 e 2025, e 9,3%, entre 2024 e 2025.

O desempenho das receitas correntes, mencionado no parágrafo anterior, foi influenciado, positivamente, pela dinâmica das transferências correntes que apresentaram incremento de 99%, de 2019 a 2025, e de 7,5%, entre 2024 e 2025. Já as receitas de impostos e taxas, entre os anos de 2019 e 2025, cresceram 15,3% e 9,5%, entre os anos de 2024 e 2025. Como consequência do pior desempenho das receitas de impostos, entre 2019 e 2025, observa-se que sua participação nas receitas orçamentárias foi reduzida de 55,4%, em 2019, para 40,98%, em 2025, ou seja, houve uma redução na capacidade de financiar os gastos estaduais com recursos próprios (impostos e taxas).

Já as receitas de capital apresentaram, entre os anos de 2019 e 2025, crescimento de impressionantes 640%. Porém, deve-se mencionar que esse desempenho pode ter ocorrido pela liberação de recursos que já vinham sendo negociados pelo governo estadual e foram liberados no início do ano.

ENFOQUE ECONÔMICO



Nº 295 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2025

Tabela 1: Execução Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará no Bimestre (R\$ 1.000.000 de 12/2024)

Conta	2019	AV	2024	AV	2025	AV	Δ (%) 2025/2019	Δ (%) 2025/2024
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.542,39	100,00	6.470,86	100,00	7.110,72	100,00	56,54	9,89
RECEITAS CORRENTES	4.499,78	99,06	6.219,61	96,12	6.795,36	95,57	51,02	9,26
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.518,30	55,44	2.651,84	40,98	2.902,54	40,82	15,26	9,45
CONTRIBUIÇÕES	124,99	2,75	129,60	2,00	126,75	1,78	1,41	-2,19
RECEITA PATRIMONIAL	102,94	2,27	173,52	2,68	171,76	2,42	66,85	-1,01
RECEITA DE SERVIÇOS	26,51	0,58	53,62	0,83	122,92	1,73	363,72	129,25
RECEITA AGROPECUÁRIA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	N/A	-97,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.658,02	36,50	3.069,93	47,44	3.299,17	46,40	98,98	7,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69,02	1,52	141,10	2,18	172,22	2,42	149,52	22,05
RECEITAS DE CAPITAL	42,60	0,94	251,24	3,88	315,36	4,43	640,20	25,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	30,75	0,68	241,81	3,74	303,41	4,27	886,62	25,47
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	N/A	N/A	0,20	0,00	8,45	0,12	N/A	4.162,64
ALIENAÇÃO DE BENS	0,01	0,00	0,99	0,02	N/A	N/A	N/A	N/A
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11,84	0,26	8,24	0,13	3,50	0,05	-70,46	-57,56
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	3.337,22	100,00	4.349,06	100,00	5.394,92	100,00	61,66	24,05
DESPESAS CORRENTES	3.089,87	92,59	3.977,59	91,46	4.837,46	89,67	56,56	21,62
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.722,34	51,61	2.609,51	60,00	2.938,72	54,47	70,62	12,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	116,73	3,50	218,84	5,03	309,08	5,73	164,80	41,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.250,80	37,48	1.149,24	26,43	1.589,65	29,47	27,09	38,32
DESPESAS DE CAPITAL	247,36	7,41	371,47	8,54	557,46	10,33	125,37	50,07
INVESTIMENTOS	69,57	2,08	84,50	1,94	229,38	4,25	229,73	171,46
INVERSÕES FINANCEIRAS	23,50	0,70	N/A	N/A	15,45	0,29	-34,24	N/A
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	154,29	4,62	286,97	6,60	312,62	5,79	102,62	8,94

Fonte: STN/Sincofi, Anexo 01 RREO. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA.

ENFOQUE ECONÔMICO

ipece

INSTITUTO DE PESQUISA E ORÇAMENTOS DO CEARÁ

22



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 295 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2025

Em relação as despesas, que também são apresentadas na Tabela 1, conta-se que, nos três anos em análise, as despesas correntes representavam mais de 89% das despesas orçamentárias. Outra informação relevante, encontrada na Tabela 1, é o crescimento de 56,6%, entre 2019 e 2025, e 21,6%, entre 2024 e 2025, das despesas correntes. É importante destacar que esses crescimentos foram superiores ao das receitas correntes que foi mencionado anteriormente.

Entre as despesas correntes o crescimento de 12,6% do gasto com Pessoal, entre os anos de 2023 e 2024 chama atenção, dado que foi inferior ao incremento das despesas correntes. Destaca-se ainda o crescimento das despesas de investimentos, com incremento de 171% entre os anos de 2024 e 2025. Esse crescimento, possivelmente, é uma consequência do desempenho das receitas de capital mencionada anteriormente.

Os resultados dos indicadores financeiros e fiscais do primeiro bimestre, que foram citados, são apresentados na Tabela 2. Inicialmente deve-se mencionar que tanto os indicadores de Participação das Receitas Correntes (PRC) como das Despesas Correntes (PDC) coincidem com a análise vertical da Tabela 1, assim, constata-se facilmente que as receitas correntes, nos três anos em questão, respondem pela quase totalidade das receitas estaduais.

Tabela 2: Indicadores de Sustentabilidade Orçamentária no Bimestre (R\$ 1.000.000 de 12/2024)

Conta	2019	2024	2025
PRC	99,06	96,12	95,57
PDC	92,59	91,46	89,67
REO	136,11	148,79	131,80
CC	145,63	156,37	140,47
CGP	31,33	36,05	28,81
RN	1.174,41	1.879,99	1.412,39
RO	-216,60	-129,66	-254,04

Fonte: STN/Sincofi. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA.

O indicador de Resultado da Execução Orçamentária (REO), do primeiro bimestre de 2025, evidencia que a execução orçamentária foi *superavitária*, o resultado do indicador de Resultado Nominal (RN) também é *superavitário*. Por fim, o indicador de Cobertura de Custeio (CC) indica que as receitas correntes estão maiores do que as despesas correntes e que, pela interpretação da Regra de Ouro (RO), as operações de crédito estão sendo usadas para financiar despesas de capital, pode-se concluir que há evidências que apontam para o equilíbrio das contas públicas cearenses no primeiro bimestre de 2025.

Entretanto, deve-se mencionar que o equilíbrio orçamentário bimestral deve ser interpretado com algum cuidado, dado que é um resultado conjuntural, sendo necessário uma análise do acumulado no ano para que se possa ter uma melhor ideia do desenvolvimento da política fiscal estadual, tornando necessário o acompanhamento das contas públicas ao longo do ano.

ENFOQUE ECONÔMICO

ipece

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ

22



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 295 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2025

3 - RCL

Para complementar a análise do balanço orçamentário do Estado optou-se por apresentar a versão resumida do demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Estado, constante no Anexo 03 do RREO. Porém, deve-se alertar que as informações desse Anexo não podem ser comparadas diretamente com as do Anexo 01, que foi utilizado na análise do equilíbrio orçamentário, dado que as informações de receitas desse último relatório já estão líquidas das deduções.

3.1 - No Bimestre

Dessa forma são apresentadas, na Tabela 5, as informações da RCL do primeiro bimestre dos anos de 2019, 2024 e 2025. Observa-se, na referida Tabela, que a RCL do estado do Ceará cresceu, entre 2019 e 2025, 30,8% e 4,5%, entre 2024 e 2025.

O desempenho da RCL é justificado, principalmente, pelo incremento verificado na rubrica transferências correntes, que cresceram 42,7%, entre 2019 e 2025, e 2,4%, entre 2024 e 2025.

Em relação ao ICMS percebe-se, ainda na Tabela 5, que as receitas no primeiro bimestre de 2025 estavam 12,7% acima daquelas arrecadadas em 2019 e 2,7% acima das verificadas em 2024. Assim, constata-se que o maior dinamismo da arrecadação desse tributo ocorreu até o ano de 2024.

ENFOQUE ECONÔMICO

ipece

22

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 295 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2025

Tabela 5: RCL do Governo do Estado do Ceará no Bimestre (R\$ 1.000.000 de 12/2024)

Conta	2019	2024	2025	Δ (%) 2025/2019	Δ (%) 2025/2024
RECEITAS CORRENTES (I)	7.108,77	8.778,67	9.118,58	28,27	3,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.967,68	4.507,98	4.687,58	18,14	3,98
ICMS	2.950,27	3.238,12	3.324,05	12,67	2,65
IPVA	557,44	780,91	795,48	42,70	1,86
ITCD	20,03	21,65	60,50	202,06	179,47
IRRF	251,75	295,44	316,14	25,58	7,01
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	188,20	171,87	191,42	1,71	11,37
Contribuições	173,06	134,19	124,97	-27,78	-6,87
Receita Patrimonial	142,41	180,38	170,32	19,60	-5,58
Rendimentos de Aplicação Financeira	70,35	173,70	160,02	127,46	-7,88
Outras Receitas Patrimoniais	72,06	6,68	10,30	-85,70	54,34
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	-97,31
Receita de Serviços	36,70	55,64	122,13	232,77	119,51
Transferências Correntes	2.693,34	3.753,75	3.842,74	42,68	2,37
Cota-Parte do FPE	1.978,69	2.787,25	2.817,12	42,37	1,07
Transferências da LC nº 61/1989	0,00	8,08	6,95	0,00	-13,91
Transferências do FUNDEB	490,81	686,37	726,76	48,07	5,88
Outras Transferências Correntes	223,84	272,05	291,91	30,41	7,30
Outras Receitas Correntes	95,57	146,73	170,84	78,75	16,43
DEDUÇÕES (II)	2.061,42	2.460,61	2.517,20	22,11	2,30
Transferências Constitucionais e Legais	995,92	1.182,22	1.219,28	22,43	3,13
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	173,06	134,19	124,95	-27,79	-6,88
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	15,14	0,00	3,53	-76,71	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	12,98	10,64	0,00	-18,04
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	877,30	1.131,22	1.158,80	32,09	2,44
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.047,35	6.318,05	6.601,38	30,79	4,48
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	0,00	6.318,05	6.601,25	0,00	4,48

Fonte: STN/Sincofi, Anexo 03 RREO. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA.

4 - Sumário

1. O Estado do Ceará apresentou, em fevereiro de 2025, evidências de que suas contas estão em equilíbrio. Entretanto deve-se ressaltar que, comparativamente a 2024, as despesas correntes cresceram mais do que as receitas correntes;
2. As receitas de transferências cresceram significativamente, no período 2019 a 2025, contribuindo para a redução da independência tributária do Estado do Ceará;
3. A principal despesa é a de pessoal, cujo crescimento, de 12,6%, entre os anos de 2024 e 2025, foi inferior ao observado nas despesas correntes;
4. Os investimentos estaduais, no acumulado do ano de 2024, superaram em 171,5% os que foram realizados em idêntico período do ano anterior;

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

22



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 295 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2025

- Os indicadores utilizados no trabalho, de uma forma geral, apontam à sustentabilidade orçamentária do Estado do Ceará no ano de 2025.

Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Alexandre Sobreira Cialdini – Secretário

Sidney dos Santos Saraiva Leão – Secretário Executivo de Políticas Estratégicas para Liderança

José Garrido Braga Neto – Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital

Naiana Corrêa Lima Peixoto - Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

Antonio Roziano Ponte Linhares - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

José Meneleu Neto

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

ENFOQUE ECONÔMICO – Nº 295 – Maio/2025

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Título:

Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2024

Elaboração:

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas)